

O Corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação: O Biopoder e a Sociedade de Controle

Marcos Leandro Mondardo
Universidade Federal da Grande Dourados

Índice

1 Introdução	2
2 Considerações Finais	9
3 Referências	10

Resumo

Desde os primórdios o corpo foi necessariamente o “primeiro” território de construção das relações e, portanto de dominação e controle dos indivíduos. Contudo, à medida que a sociedade disciplinar dos corpos-indivíduos dos séculos XVII e XVIII se transformou em sociedade de controle de massas de corpos nos séculos XIX e XX, esta passou a desenvolver uma nova forma de dominação e controle do território-corpo desenvolvendo-se o biopoder, ou seja, o controle/agenciamento da vida. Nessa perspectiva, buscamos analisar aqui a mobilidade e o controle territorial dos corpos, exercidos especialmente pelo Estado, através de suas instituições de ordenamento e de coerção socioespacial. A discussão nesse aspecto aponta perspectivas de autores que refletem, direta ou indiretamente, sobre o corpo enquanto espacialização de modos de vida e de território marcado de relações de poder e de

biopoder. Assim, compreender que os corpos são territórios e, em que, a ordem espacial burguesa impõe sua maneira e sua forma destes se movimentarem e se moldarem dentro de limites estabelecidos e impostos através de uma nova política de controle sócio-territorial, o biopoder. Através da sociedade de segurança o controle do tempo e do espaço dos corpos dos trabalhadores tendência à busca em legitimar e “naturalizar” a ordem espacial e territorial burguesa e, portanto, estatal das relações dos indivíduos. Os “indivíduos-corpos” são controlados enquanto territórios de apropriação (pelo consumo e *status*) e dominação (controle, disciplina e coerção), imposto muitas vezes pelo ordenamento/disposição espacial do Estado em relação aos indivíduos e da sociedade burguesa em função das relações de disciplinarização territorializadas.

Abstract

Since the early days the body was necessarily the first area of construction of relations and hence of domination and control of individuals. However, as the disciplinary society of individuals, bodies of the XVII and XVIII became a society of control of masses

of bodies in the XIX and XX centuries, it has developed a new form of domination and control of the territory-body-building the biopower, or control/agency of life. From this perspective, we analyze here the mobility and control of the territorial bodies, especially exercised by the State, through its institutions of planning and socio coercion. The discussion in this respect shows perspective of authors who reflect, directly or indirectly on the body as a space of ways of life and territory marked the relations of power and biopower. So, understand that the bodies are and territories in which the bourgeois order space requires its own way and his way of moving it and shape it within limits established and imposed by a new policy of social and territorial control, the biopower. Through the security company to control the time and space of bodies of workers tend to legitimize the search and “nationalize” the bourgeois order and territorial space, and therefore state of the relations of individuals. The "people-bodies" are controlled territories as of ownership (by the consumption and status) and dominance (control, discipline and coercion), often imposed by the planning/provision of the state space for individuals and the bourgeois society in terms of relations territorialized of disciplining.

1 Introdução

Foi necessário transformar o corpo num território privilegiado de experimentações sensíveis, algo que possui uma certa inteligência que não se concentra apenas no cérebro. Foi preciso libertá-lo de tradições e moralismos seculares, fornecer-lhe um status de prestígio, um lugar radioso, como se ele fosse uma

alma. Desde então foi fácil considerá-lo uma instigante fronteira a ser vencida, explorada e controlada.

*Corpos de passagem -
Denise Bernuzzi de Sant'anna*

O corpo está no centro de toda relação de poder.

(PERROT, 2005, p. 447)

Desde os primórdios o corpo foi necessariamente o primeiro território de construção das relações e, portanto de dominação e controle dos indivíduos. Contudo, à medida que a sociedade de disciplina dos corpos-indivíduos dos séculos XVII e XVIII se transformou em sociedade de controle e segurança de massas de corpos nos séculos XIX e XX, esta passou a desenvolver uma nova forma de dominação e controle do território-corpo desenvolvendo-se o biopoder, ou seja, o controle/agenciamento da vida.

Nesse sentido, buscamos especialmente demonstrar aqui algumas das formas de controle e dominação dos “indivíduos-corpos” entre os séculos XVII a XX, através de práticas e de formas sociais do controle do corpo através de estratégias de dominação e do estabelecimento do biopoder: o poder de controle sobre a vida. Objetivamos apreender elementos através da relação corpo e relação com a perspectiva do território que impõe fronteiras de domínio e disciplinarização; disciplina do corpo e fronteiras de agenciamento das relações; mobilidade do corpo e controle territorial das relações através da sociedade de segurança.

Neste sentido, entendemos que o controle dos corpos se dá para controlar a forma de

produzir as relações e, portanto, a própria direção que a vida dos seres humanos toma. Para o controle do território são controlados os corpos, para o controle das massas controla-se a vida através do biopoder.

1.1 Da sociedade disciplinar a sociedade de controle: o biopoder e controle do corpo enquanto “primeiro” território de dominação

O corpo como elemento material e inerente à existência dos seres humanos, sempre foi de fundamental importância para a produção e reprodução espacial. Assim, o corpo é produto e produtor das relações sociais e territoriais. O corpo é um elemento *sui generis* nas relações sociais estabelecidas sobre uma base material, isto é, a terra. Nestes aspectos, o corpo é elemento que cria relações, cria espaços e é espaço em constante movimento, vida e reprodução das relações. Cria-se criando espaços. Ao mesmo tempo em que cria seu espaço de vivência “está se criando” espacialmente.

A partir disso, o corpo criador de relações e de espaço, re-cria relações de poder e, a partir destas, cria relações políticas, criando recortes no espaço que se constituem territórios. Como afirma Moreira, (2002, p. 53) “o território é um recorte espacial. (...) É o espaço de poder de um corpo, é o ponto de referência da regulação e da hegemonia no plano global do arranjo (...) Cada recorte territorial é um plano de domínio, pluralizando o poder dentro da sociedade e do Estado”.

Assim, estes territórios de poder são, tanto o corpo que se torna território, como também, a espacialização dos modos, das práti-

cas cotidianas da vida dos “sujeitos-corpos” que se tornam territórios. Estes territórios estão ligados, fundamentalmente, a partir da idéia de *ordenamento*, isto é, da ordem espacial burguesa do controle dos corpos, pelo controle dos objetos e das práticas cotidianas dos “sujeitos-corpos”. Para Moreira (2002, p. 49), “Toda sociedade funciona por meio de mecanismos de ordenamento determinados. É isto o arranjo do espaço. (...) O ordenamento se faz por meio da regulação, que aparece na forma da regra e da norma”¹

A mobilidade dos corpos, portanto, se torna muito importante enquanto *estratégia* de *controle* de indivíduos ou grupos destes, a partir, da ordem burguesa, como através das leis do Estado (LA BOÉTIE, 1982, p. 52), e do controle territorial das empresas sobre os trabalhadores, isto é, da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999, p. 32).

A classe social trabalhadora é controlada pela classe burguesa através das estratégias do Estado pelas leis, pelas imposições, pela força e pelo controle do *tempo* social dos trabalhadores. Pelo controle dos corpos das pessoas através do seu tempo é que estas organizações podem controlar os territórios (RAFFESTIN, 1993, p. 22). Os espaços são controlados através de relações de poder, que podem se expressar concretamente a nível político, econômico e simbólico formando e (trans)formando os “territórios-corpos”. Es-

¹ Moreira neste sentido, faz uma distinção entre regra e norma. “Diferem na regulação a regra e a norma. A regulação é a prescrição do controle, feita através da regra e da norma. A regra diz o que deve e não deve ser feito, define e qualifica valores mediante os quais se orientam os movimentos e a distribuição dos lugares no espaço. (...) A regra age pela sanção e o interdito, a norma pelo discurso” (MOREIRA, 2002, p. 54).

tas formas, podem ocorrer multifacetadas e/ou imbricadas buscando manter a ordem burguesa (MOREIRA, 2002, p. 50), e, desta maneira, através da *servidão* dos corpos, pela maneira de se deslocar, de se movimentar sobre os variados espaços, ou, até mesmo, na im-possibilidade e/ou na i-mobilidade territorial.

Nestes aspectos, o *poder* assume através do ordenamento territorial uma importância estratégica e coercitiva no controle, pois:

A ação sobre o corpo, o adestramento, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualiza – homem – como produção do poder (FOUCAULT, 1985, p. 20).

Portanto, a ação do poder sobre o corpo atua para a normatização do comportamento, a partir do adestramento e da imposição na forma de movimento dos sujeitos. O objetivo é controlar as inúmeras formas territoriais que se formam para administrar os corpos. A produção do poder, nesse sentido, é de suma importância para a manutenção dos comportamentos dos corpos através da mobilidade adestrada, buscando torná-la cada vez mais “limitada”, e desta forma, controlada. As ações dos corpos devem ser enquadradas dentro de regras e de normas impostas pelos territórios, que também, devem transparecer ideologicamente para o controle, a forma cada vez mais “natural” da imposição e do ordenamento, para se apresentarem, dessa maneira, como “normais”,

como “naturais” e para o “bem comum” da sociedade.

Deste modo, o poder de controlar os territórios e as formas de territorialização dos corpos se dá a partir da mobilidade e da imobilidade. Tanto na mobilidade os corpos devem ser controlados, quanto na imobilidade os mesmos devem ser pensados estrategicamente para o controle, a dominação. Por isso, a mobilidade é definida de acordo com Lévy (2001, p. 1), “como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares”.

Neste sentido, a mobilidade vinculada ao poder de controle dos corpos, isto é, do controle do espaço, e assim dos inúmeros territórios, se dá de forma estratégica, pois, “O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (FOUCAULT, 1985, p. 16). Portanto, é no adestramento, no controle dos hábitos e na naturalização dos meios de controle que se dá o ordenamento social e territorial. O adestramento se liga, portanto, ao “castramento” da mobilidade livre, liberdade de ordens e imposições. A mobilidade se dá através de uma série de regras e ordens para controle dos corpos. Através dessa riqueza estratégica é que o controle se dá para a reprodução de um determinado sistema e a manutenção da ordem espacial burguesa, ordem essa que atua principalmente, com o Estado.

Para Lênin (1983, p. 11) “o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão dos

súditos segundo o território”, pois, através desta distribuição dos corpos pelo território é que se tem a localização dos sujeitos e, assim, pode-se estrategicamente manter o controle e a dominação dos corpos sabendo onde cada “sujeito-corpo” se localiza. A importância de distribuir através das divisões do território feito através do Estado é uma maneira de poder atuar mais firmemente no planejamento de controle, de imposição de regras, de formas de coerção e de controle dos corpos. Controle através do tempo e do espaço, controle dos territórios criados pelas instituições do Estado e pelos corpos da sociedade.

De acordo com Engels, citado por Lênin (1983, p. 12), “o Estado além de ser um poder público e portador de um exército que é sua “força” armada, “compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercitivas de toda espécie (...)”. Neste sentido, além do poder da força através de seu exército, o Estado tem em seu favor para o controle dos corpos, os chamados elementos materiais, isto é, as instituições coercitivas de toda espécie, como por exemplo, as prisões que servem para deslocarem aqueles “baderneiros” que não se submetem à ordem social e espacial burguesa. As instituições são de suma importância, pois são partes do Estado pensadas de forma a atenuar as tentativas de rebeliões e das “badernas” contra a lei social, contra a ordem espacial imposta como “verdadeira”.

Reportando-se a Foucault, Moreira (2002, p. 59), afirma que a *disciplinarização* dos espaços através das *instituições* e dos *corpos* da sociedade ocorre há muito tempo na ordem espacial e que reflete, assim, um ordenamento territorial. Nesse sentido:

Foucault narra a mobilização dos micropoderes na constituição disciplinar do espaço do século XVIII, período de surgimento da sociedade civil, da sociedade política, do privado e do público burgueses. E mostra como o saber médico, asilar, carcerário, escolar e militar atuam remodelando os arranjos do espaço vigente, no sentido de uma nova ordem e ordenamento. *O caminho é o controle dos corpos. Corpos dos trabalhadores, corpos das mulheres, corpos dos atores perigosos* (MOREIRA, 2002, p. 59, [grifo nosso]).

Ao caminho do controle dos corpos Haesbaert (2004), se posiciona, reportando-se a Foucault, afirmando que o controle dos corpos atualmente muda de foco: do controle do “indivíduo-corpo” na sociedade moderna, ao controle das massas de corpos na sociedade chamada pós-moderna. Assim:

Reportando a Foucault, podemos dizer que vivenciamos hoje uma renovada importância do “controle dos corpos”, mas não mais simplesmente de “corpos individualizados”, controle típico da sociedade disciplinar moderna, onde a figura do indivíduo e a construção de sua “autonomia” eram elementos centrais, e sim, sobretudo, do controle da “massa” e da própria vida que a reprodução do conjunto destes corpos, as “populações”, implica (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Do controle do indivíduo, através da disciplinarização, ao controle das massas, enquanto controle da reprodução do conjunto desses corpos através de suas vidas cotidianas. Através, das práticas e das relações de poder que certos grupos de corpos que se estabelecem criando territórios, na maioria das vezes estigmatizados e controlados pela

“sociedade oficial”. Este controle se deve, por criar um fortalecimento e uma forma de organização dos sujeitos através da organização territorial das massas de corpos, que podem comprometer, a qualquer momento, a disciplina espacial da ordem burguesa. Ainda, nesse sentido:

Para Foucault, já na segunda metade do século XVIII começa a se manifestar uma mudança de foco em relação às técnicas de controle, que passam do controle do corpo individual para o controle “da vida”, ou seja, estas técnicas dirigem-se prioritariamente não mais ao “homem-corpo”, mas ao “homem-vivo”, ao homem-espécie (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Assim, podemos dizer que se passa do controle mais “mecânico” e disciplinar dos corpos, para um controle das subjetividades dos seres humanos (ANTUNES, 1999). Através do controle dos modos de vida, dos desejos e ambições são criadas e recriadas formas para alimentar as “almas” dos trabalhadores e trabalhadoras para que a ordem espacial, e assim territorial das empresas, dos lares, enfim, da sociedade burguesa seja mantida. É a *exacerbação* do controle dos corpos através do controle das *vontades* mais íntimas dos sujeitos, que são criadas e recriadas os desejos, os consumos, as necessidades, tudo aquilo que o Estado em conjunto com as empresas realiza para uma boa manutenção da ordem e, de uma “servidão voluntária” dos corpos (LA BOÉTIE, 1982, p. 54) para que a ordem espacial seja mantida. Neste contexto:

O que ocorre, podemos dizer, é uma mudança dos elementos centrais nas re-

lações de controle, que parte da “terra” – ou, se quisermos, da base física do território e suas repartições – para a “população”, o conjunto de seus habitantes enquanto entidades biológicas (HAESBAERT, 2004, p. 41).

Assim, se passa do controle da terra, isto é, da base física e/ou concreta do território, para o controle cada vez mais estrategicamente pensado para a população, para os corpos dos sujeitos, para os corpos dos trabalhadores, para os corpos do “atores perigosos”. Assim, controla-se acentuadamente o movimento e o não-movimento dos sujeitos. Planeja-se as instituições e os elementos que compõe os espaços, e assim, que formam os inúmeros territórios para uma maior “gestão” dos corpos. A manutenção do tempo, da ordem, da vida como ela está, para aqueles que estão no poder, para os atores hegemônicos, para a classe dominante. É do controle da terra ao controle da população. Da classe da população dominada é que são pensadas as formas de controle, de dominação, de imposição e de coerção sobre os corpos. Controlar espacialmente os corpos, controlar os espaços, os corpos daqueles que são dominados.

Segundo Foucault (1985) a medicina como controle das doenças, se torna uma maneira de *disciplinarização* do espaço através da disciplina dos corpos no e pelo espaço. Através do poder que emana, que é parte do Estado é que as instituições, como por exemplo, o hospital normatiza as relações dos corpos, as relações *do* e *no* espaço. Ligado a isso, podemos compreender que produção de determinados saberes legitima a normatização da ordem espacial burguesa. A ordem se dá pela produção do saber

militar e escolar que são, fundamentalmente, conhecimentos para legitimar a manutenção de determinado arranjo espacial. Assim, sobre o *saber*:

“Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas *militares e escolares*. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico.” (FOUCAULT, 1985, p. 119, [grifo do autor]).

Contudo, Moreira (2002, p. 20), afirma que “Mediante esse controle espacial do corpo da população, regula-se a administração da sociedade civil pelo Estado”. Neste contexto, a produção do saber e a distribuição/localização dos corpos e das instituições são elementos pensados estrategicamente para a manutenção da ordem espacial burguesa, da administração regulada da sociedade civil pelo Estado. Assim, a ordem espacial civil, pública e privada constrói o seu ordenamento territorial, mas que, no entanto, é controlada, pensada e distribuída através das leis, das normas e da imposição/coerção realizada pela força de repressão/opressão do Estado. Controlar e gerenciar os corpos é controlar e gerenciar a ordem espacial, e é, controlar os territórios.

Entretanto, essa força de repressão/opressão de ordenamento dos corpos e assim do espaço que se chama Estado, busca legitimar através das ideologias seu poder. O poder, nesse contexto assume fundamental importância para a manutenção da ordem sobre os corpos:

“Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.” (FOUCAULT, 1985, p. 8).

Assim, o poder é utilizado ideologicamente buscando *naturalizar* as ordens impostas pelo Estado, e também, buscando dar *falsos* prazeres aos corpos através de uma vida muitas controlada, mas que se pode ter coisas através do consumo e, isto sim, gerar a falsa felicidade, o falso prazer diluído pela mídia, pelo comércio que se vincula a manutenção da ordem espacial burguesa, pois faz parte da classe dominante.

Como afirma Foucault (1985, p. 162), “O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimento, desejos, forças”. Neste sentido, o poder tem importância pelas relações que constroem e des-constroem, concomitantemente, para criar uma ordem territorial dos sujeitos, que devem estar “fixados” a pontos distribuídos no espaço, e se moverem como peças de xadrez pensadas de acordo com seu “jogador”, isto é, o Estado. O Estado pensa a mobilidade dos corpos buscando o controle e o domínio do espaço. Constrói instituições para controlar a mobilidade e o tempo dos

corpos no espaço. Assim, sobre o poder e os indivíduos:

“O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu.” (FOUCAULT, 1985, p. 184).

Assim, é a relação do poder e do indivíduo estão atreladas às relações sociais. Estas relações se dão fundamentalmente através da política, onde o Estado e as classes dominantes impõem suas formas-conteúdos de organização dos corpos e assim dos arranjos do espaço.

Segundo Moreira (2002), os arranjos localizados através da distribuição na cidade é que dão as formas-conteúdos (SANTOS, 1997) do espaço, ou melhor, pelo microespaço. Assim:

“Rearranjo (...) é feito em (...) microespaço: o cemitério, o asilo, o cárcere, a escola e o exército, por fim, o conjunto da cidade. Em cada um deles, a regulação disciplinar consiste num arranjo da cidade. Em cada um deles, a regulação disciplinar consiste num arranjo ordenado em fileiras e distribuição individualizada, de modo a adequá-lo ao controle das regras e normatizações burguesas, em rápido consenso.” (MOREIRA, 2002, p. 61).

Portanto, as formas espaciais expressam conteúdos específicos que revelam determinada ordem espacial que se vincula ao ordenamento dos corpos. É através do microespaço, isto é, dos cemitérios, asilos, das prisões, da escola, do exército etc., que são expressadas pelo conjunto de arranjos espaciais para disciplinar a manter a ordem dos corpos. A ordem disciplinar sobre os corpos impõe formas de convivência espacial através dos modos de convivência cotidiana. Assim é que, “Cada localização guarda o poder da vida. Referencia do corpo, a localização é o lugar ontológico da sua constituição como espaço” (MOREIRA, 2002, p. 52), de onde percebemos a importância do controle do corpo, pelo controle da vida dos sujeitos, das subjetividades daqueles e daquelas que são corpos e são espaços, são espaços de vida e que devem ser disciplinados e controlados.

Ainda, neste sentido, Moreira (2002) reportando-se a Thompson, afirma que a *disciplinarização do trabalho* nas manufaturas inglesas dos séculos XVII-XVIII consiste num *arranjo disciplinar do tempo e do espaço sobre os trabalhadores*. Nesse sentido:

“Enfileirados e individualizados dentro

da manufatura segundo sua tarefa, os artesãos são obrigados a sincronizar os ritmos espaciais do seu corpo no ritmo do tempo do relógio. Sobranceiro na parede, o relógio mede e entroniza o movimento do relógio.” (MOREIRA, 2002, p. 62).

Assim, é que o controle dos corpos se dá pelos microespaços como, por exemplo, a fábrica, mas que, no entanto, esta forma de controle disciplinar do trabalho e do trabalhador pelo tempo e pelo espaço não para no arranjo dentro da fábrica. Este arranjo disciplinar se dá à escala da organização da sociedade civil, que é controlada pelo tempo do trabalho, pelo tempo do lazer, pelo tempo das férias, pelo tempo da escola, pelo tempo dos bancos etc. São inúmeras as organizações que controlam o tempo dos “indivíduos-corpos”, e assim, controlam e mantêm a ordem espacial. Através dos arranjos espaciais é que o controle dos corpos ocorre de forma eficiente e transparece “naturalidade”.

“Então, posta ao lado do hospital, do asilo, do cárcere, da escola na rede capilar dos espaços disciplinares, a fábrica potencializa os demais micro-espaços, levando o padrão do seu arranjo disciplinar a reproduzir-se por todas as áreas da cidade” (MOREIRA, 2002, p. 62).

Neste contexto, o controle espacial se dá pelo controle dos corpos enquanto territórios que comportam vida e que devem ser “adestradas” e disciplinadas para uma maior produtividade e domínio, além, de se manter uma determinada forma de organização e projeção espacial dotada de normas, regras que não permitem a anomia. Os territórios-corpos são elementos inerentes a organização espacial e reprodução da sociedade, e

ainda, são focos de atenção do pensamento estratégico do Estado e das empresas, das relações de coerção, de domínio e disciplina no interior de uma sociedade que busca cada vez mais em nome da “pseudosegurança”, o controle da massa da população, sobretudo, a massa dos corpos perigosos, isto é, daqueles que pode colocar em risco a ordem espacial burguesa e estatal que se construiu sobre o primado político-ideológico da chamada democracia e com a implementação do poder sobre a vida, do poder sobre a espécie humana: o biopoder.

2 Considerações Finais

O biopoder constitui o novo paradigma de poder vigente na sociedade de controle, o corpo social tende a ser totalmente engolido pela máquina do poder (do Estado e do Mercado) que se manifesta e se estende pelas consciências e pelos corpos dos indivíduos, fazendo uso de todo o aparato das novas tecnologias de informação e comunicação. Estas constituem o cerne da sociedade da informação e/ou sociedade do conhecimento e também mediatizam as trocas materiais sociais e simbólicas, desde a produção da informação, passando pelos processamentos de tratamento até os seus diversos usos e fluxos.

Assim, cada vez mais na sociedade de controle que tem como máquina de agenciamento o biopoder, o corpo aparece impreterivelmente como “primeiro” território a ser dominado/disciplinado/controlado pelo Estado e pelo Mercado. Estado que através de seus aparelhos ideológicos e de poder atua no sentido de legitimar uma determinada ordem e um sentido para a vida. Mercado que atua no sentido de construir uma “imagem correta” daquilo que deve ser apreendidos e

seguidos pelos sujeitos através das coerções materiais (como o emprego e o desemprego, o controle sobre o tempo de trabalho e o tempo do não trabalho) e simbólica (como no jogo de enunciados produzidos e repetidos pela mídia).

Compreendemos que este tema é de fundamental importância para discussão no âmbito social por estar ligado diretamente aos “indivíduos-corpos”, que são e que produzem relações, relações estas de poder e, que se espacializam a partir de uma determinada relação de controle que na sociedade de controle aparece de maneira muito mais sutil e que visa naturalizar as coerções e as relações de poder circunscrita nos corpos, nas relações, na “vida nua”. No entanto, essas relações quanto mais “naturais” aparecem, maior o poder de domínio e disciplinamento estão inerentes ao corpo-indivíduo, maior a violência sobre o corpo-território da população está presente nessa nova sociedade de controle e segurança.

Estas relações ocorrem através do desenvolvimento da sociedade de controle cria e recria formas simbólicas e materiais, políticas, econômicas e culturais de produção/forma(ta)ção de corpos a partir de uma determinada visão de mundo pautadas em ideologias do progresso, da razão e do desenvolvimento. Formas de coerção simbólicas que acompanhadas ou não de coerções materiais evidenciam o controle sobre a vida, isto é, o biopoder que atua na massa da população visando o controle sobre a espécie humana, o controle sobre o inesperado que os seres humanos podem produzir, que atua sobre o poder de questionar e burilar uma determinada ordem burguesa e espacial, o controle sobre a vida no seu tempo de trabalho, sobrevivência e reprodução.

Assim, o corpo-território se reproduz no interior da sociedade de controle a partir do biopoder. Controle que é produzido através do controle do tempo, do modo de vida, das práticas e da forma de ver e ser o mundo dos indivíduos. São formas que vão desde ao uso da força até mesmo a busca pelo controle da alma, da subjetividade dos “sujeitos-corpos”, dos lugares frequentados do trabalho e do não trabalho, do consumo, das informações que trafegam pela sociedade, enfim, pela produção de uma ordem simbólica e *gnosiológica* de manutenção do *status quo* e da construção de um poder, o biopoder que atua sobre a vida nua, isto é, sobre a espécie humana, seus corpos formados por elementos psíquicos, biológicos e socioespaciais.

3 Referências

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BATAILLE, George. *O erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da filosofia. In: *Obras escolhidas*, Vol. 1. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (p. 91-107)
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. *Terra Livre*. Goiânia, Ano 20, v. 2, n. 23. Jul-Dez/2004, pp. 35-52.
- HARVEY, David. O corpo como estratégia de acumulação. In: _____. *Es-*

- paços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004. (135-178).
- JAMESON, Frederic. O pós-modernismo e o mercado. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. (p. 279-296).
- LA BOÉTIE, Etienne de. *O discurso da servidão voluntária*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. O que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Hucitec, 1983.
- LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. *Geographia*. Ano III - N 6 - Jul-Dez, 2001.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: *Território, território(s)*. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE UFF/AGB – Niterói, 2002.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 4 ed. Nobel: São Paulo, 1997.